

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
SECRETARIA GERAL
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENADORIA DE ESTÁGIO**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1.00.000.000970/2024-35

**Contratação de seguro coletivo contra acidentes
pessoais para estagiários e voluntários do Ministério
Público Federal.**

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A necessidade da contratação do serviço de seguro coletivo contra acidentes pessoais para os estagiários e voluntários do ramo decorre, em primeiro plano, da exigência estabelecida pelos normativos que regem os programas a serem atendidos, no Ministério Público Federal.

É importante ressaltar que a natureza das atividades desempenhadas pelo grupo atendido pode envolver deslocamentos, participação em atividades externas inerentes ao curso acadêmico e outras tarefas que aumentam a exposição a possíveis incidentes. Dessa forma, o Seguro Coletivo oferecerá cobertura abrangente, garantindo assistência médica e indenizações em casos de acidentes pessoais, seja durante o desenvolvimento das atividades para o órgão ou em deslocamentos necessários para tal.

No âmbito do Ministério Público Federal, a diversidade geográfica e administrativa das unidades da federação impõe desafios significativos em relação à contratação de serviços, especialmente quando se trata da aquisição de seguros para cobrir riscos associados às atividades desempenhadas por estagiários e voluntários

Considerando as dificuldades logísticas e burocráticas inerentes à contratação individualizada em cada unidade da federação, surge a necessidade premente de uma abordagem centralizada para a contratação do Seguro Coletivo contra Acidentes Pessoais, para assistência a estes grupos.

O Ministério Público Federal, enquanto instituição responsável pela defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis em todo o território nacional, enfrenta desafios logísticos e operacionais singulares decorrentes da dispersão geográfica de suas unidades. A contratação descentralizada de seguro, cenário observado atualmente, apresenta-se como um processo moroso e passível de ineficiências, uma vez que cada unidade da federação precisa lidar com diferentes fornecedores e condições contratuais.

Além disso, a centralização desta contratação proporciona maior transparência e controle sobre os gastos públicos, uma vez que permite uma gestão mais eficiente dos recursos financeiros destinados à contratação do seguro. Ao consolidar as demandas de todas as unidades da federação em uma única contratação, o MPF pode promover uma análise mais criteriosa das propostas apresentadas pelos fornecedores, assegurando a escolha da opção mais vantajosa para a instituição e para os segurados.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Informa-se que nos termos do DESPACHO 2675/2024 SUBCORP/SA – (PGR-00040501/2024) a Senhora Secretária-Geral do MPF autorizou a contratação e sua respectiva inclusão no PCA-2024, o que resultou no cadastro da demanda no Sistema SGA – Módulo Contratação, Etiqueta PGR-0029/24.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 REQUISITOS LEGAIS:

3.1.1 A obrigatoriedade de contratação de seguro contra acidentes pessoais para os estagiários é prevista nos seguintes normativos:

a) Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008: Dispõe sobre o estágio de estudantes:

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

(...)

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

b) Resolução nº 42, de 16 de junho de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público: Dispõe sobre a concessão de estágio a estudantes no âmbito do Ministério Público dos Estados e da União.

Art. 9º O programa de estágio no Ministério Público atenderá as seguintes condições:

(...)

III – contratação, em favor do estagiário, de seguro anual múltiplo contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no Termo de Compromisso de Estágio;

c) Portaria PGR/MPU nº 378, de 9 de agosto de 2010: Regulamenta o Programa de Estágio no âmbito do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União e dá outras providências:

Art. 7º Cada unidade gestora deverá providenciar a contratação de seguro contra acidentes pessoais em favor dos estagiários, mediante Apólice Coletiva de Seguro, cujo número total de vidas seguradas corresponderá ao respectivo limite de vagas de estágio.

d) Portaria PGR/MPF nº 1.240, de 22 de novembro de 2017: Dispõe sobre o serviço voluntário no âmbito do Ministério Público Federal:

Art. 18. Cada unidade gestora deverá providenciar a contratação de seguro contra acidentes pessoais em favor dos voluntários, mediante Apólice Coletiva de Seguro, cujo número total de vidas seguradas corresponderá ao respectivo limite de voluntários.

3.1.2 Ademais, informa-se que se encontra em andamento a atualização da portaria PGR/MPU nº 378/2010, acima, para que seja possível a contratação de apólice única para atendimento dos

estagiários do MPF (PGR-00310063/2023):

Art. 21. Cada unidade gestora deverá providenciar a contratação de seguro contra acidentes pessoais em favor dos estagiários, mediante Apólice Coletiva de Seguro, cujo número total de vidas seguradas corresponderá ao respectivo limite de vagas de estágio.

§ 1º Cada ramo do Ministério Público da União e a Escola Superior do Ministério Público da União poderá contratar Apólice Coletiva de Seguro única contra acidentes pessoais com cobertura nacional, abrangendo o quantitativo total de vagas de estágio autorizadas.

3.1.3 Na sequência, apresentam-se ainda os demais normativos correlatos à esta contratação:

- a) Lei nº 14.133/2021 – Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- c) Lei nº 12.527/2011 – Lei que dispõe sobre o acesso a informações dos órgãos públicos (LAI);
- d) Instrução Normativa PGR/MPF nº 1/2018, que dispõe sobre Serviços de Natureza Continuada.

3.2 REQUISITOS TEMPORAIS:

3.2.1 O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura do termo de contrato, prorrogável sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.2 A vigência contratual mais longa se justifica em razão:

- a) da natureza contínua dos serviços, conforme previsão no Art. 1º, inciso XLI da Instrução Normativa MPF nº 1, de 8 de fevereiro de 2018:

Art. 1º No âmbito do Ministério Público Federal, as seguintes contratações são consideradas serviços de natureza continuada:

XLI. Seguro de vida para estagiários e voluntários;

- b) do período de vigência contratual ampliado contribuir para que a contratação em tela possa ser mais atrativa para o mercado, bem como desonerará o MPF do imenso volume documental, legal e humano que tal contratação anual exige, conforme o Acórdão 3320/2013 - Segunda Câmara citado:

"...Há necessidade de se demonstrar o benefício decorrente do prazo estabelecido."

- c) do menor risco quanto a continuidade dos serviços. O caput do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, dispõe de que “a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos”, observadas algumas diretrizes, das quais destaca-se o previsto em seu inciso I, que estabelece a necessidade de se atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual. A

disciplina adotada se relaciona com questões de ordem orçamentárias. Tal serviço, se descontinuado, deixará o órgão perigosamente desassistido em área sensível como a atendida pela proposta em tela. Conforme ensinamentos de Marçal Justen Filho, a continuidade relaciona-se não propriamente à atividade desenvolvida pelos particulares, mas sim à permanência da necessidade pública a ser satisfeita.

A doutrina compreende que os ajustes que tenham como objeto serviços de execução continuada podem ser celebrados com prazo de vigência superior a 12 (doze) meses (até 5 anos), podendo, inclusive, ser postergado até 10 (dez) anos (Art. 107 da Lei nº 14.133/2021). As sucessivas modificações do cenário das contratações públicas em relação à prestação de serviços contínuos levam à necessidade de amoldar melhor as regras às carências rotineiras da Administração Pública. Soluções estas criadas para melhor atenderem às necessidades cotidianas da Administração. A razoabilidade impõe essa interpretação, pois, não se mostra sensato exigir que a vigência dos contratos de serviços prestados de forma contínua fique limitada a 12 (doze) meses. Já que, a praxe administrativa é de prorrogar por período máximo permitido por lei. Se há uma contratação que foi prevista no orçamento e os recursos estão disponíveis, não há obstáculos. Reduzir o alcance da contratação a 12 (doze) meses mostra-se temerário e contrário ao interesse público. Podemos verificar essa cautela em alguns julgados do Tribunal de Contas da União:

“(…) Por isso, a aplicação do art. 57, II, da Lei 8.666/93, mostra-se como uma medida economicamente interessante, porque a vigência dos contratos não se restringe à vigência dos créditos orçamentários e ainda poderão ter a sua duração estendida por período igual ao inicialmente estabelecido, nos termos ou a redação do mencionado dispositivo legal. (Decisão 732/2000- Plenário).”

d) Não existe a necessidade de fixar a vigência coincidindo com o ano civil, nos contratos de serviços continuados cuja duração ultrapasse o exercício financeiro em curso, uma vez que não pode ser confundido o conceito de duração dos contratos administrativos (art. 57 da Lei nº 8.666/93) com a condição de comprovação de existência de recursos orçamentários para o pagamento das obrigações executadas no exercício financeiro em curso (art. 7º, § 2º, III, da Lei nº 8.666/93), pois nada impede que contratos desta natureza tenham a vigência fixada para 12 meses, ultrapassando o exercício financeiro inicial, e os créditos orçamentários fiquem adstritos ao exercício financeiro em que o termo contratual é pactuado (...). (Decisão ° 586/2002)”

d) dos ganhos administrativos com a redução nos procedimentos de instrução de prorrogações contratuais, proporcionando economia técnico-operacional na condução dos trâmites anuais dos processos de renovação das vigências contratuais. Deve-se ressaltar ainda, no campo da gestão de riscos, que a vigência mais dilatada diminui eventuais inconvenientes quanto a necessidade de realização de um novo procedimento licitatório (no caso de insucessos na prorrogação contratual), acarretando um custo desnecessário, já que o procedimento demanda o envolvimento de vários setores para sua execução. Outro caso enfrentado é a falta de pessoal administrativo, cada vez mais acentuado pelas aposentadorias sem reposição.

3.2.2.1. Considerando todas as colocações aqui tecidas, conclui-se que os serviços da natureza contínua podem ser celebrados por períodos superiores, não se mostrando razoável impor que a vigência desses contratos fique limitada ao prazo de 12 (doze) meses. Diante desse contexto, as peculiaridades do objeto em questão levam-nos propor o prazo de **60 (sessenta)**

meses, considerando, também, os requisitos que devem ser atendidos no momento da prorrogação.

3.2.2.2. Diante do exposto, um prazo de vigência maior tornaria a contratação mais atrativa, estaria inserida na lógica de mercado da duração de contratos para esse tipo de serviço e contribuiria para mitigar os riscos de uma eventual necessidade da realização de uma nova contratação do serviço em tela, atendendo os princípios da economicidade, razoabilidade, competitividade e interesse público. Dessa forma, resta comprovado que a fixação do prazo de vigência mais estendido está em perfeita conformidade com o artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.

3.3 DEMAIS REQUISITOS:

3.3.1: CONCEITO

3.3.1.1 Acidente Pessoal: evento com data caracterizada, exclusivo e diretamente externo, súbito, involuntário e violento, causador de lesão física que, por si só e independentemente de toda e qualquer outra causa, tenha como consequência direta a morte ou invalidez permanente total ou parcial, do segurado ou torne necessário tratamento médico.

3.3.1.1.1. Incluem-se no conceito de "Acidente pessoal":

- a) Suicídio ou a sua tentativa, que será equiparado, para fins de indenização, a acidente pessoal, observada a legislação em vigor
- b) Ação da temperatura do ambiente ou influência atmosférica, quando a elas o segurado ficar sujeito em decorrência de acidente coberto;
- c) Escapamento acidental de gases e vapores;
- d) Sequestros e tentativas de sequestros, dos quais o segurado seja a vítima;
- e) Alterações anatômicas ou funcionais da coluna vertebral, de origem traumática, causadas exclusivamente por fraturas ou luxações radiologicamente comprovadas.

3.3.1.1.2A Não se incluem no conceito de "Acidente pessoal":

- a) As doenças (incluídas as profissionais), moléstias ou enfermidades, quaisquer que sejam suas causas, ainda que provocadas, desencadeadas ou agravadas, direta ou indiretamente por acidente coberto;
- b) As intercorrências ou complicações consequentes da realização de exames, tratamentos clínicos ou cirúrgicos, quando não decorrentes de acidentes não cobertos;
- c) As lesões decorrentes, dependentes, predispostas ou facilitadas por esforços repetidos ou microtraumas cumulativos, ou que tenham relações de causa e efeito com os mesmos, assim como as lesões classificadas como: Lesão por Esforços Repetitivos – LER, Lesões Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho – DORT, Lesão por Trauma Continuado ou Contínuo – LTC, os similares que venham a ser aceitas pela classe médico científica, bem como as suas consequências pós-tratamentos, inclusive cirúrgicos, em qualquer tempo;

d) As situações reconhecidas por instituições oficiais de previdência ou assemelhadas, como “invalidez acidentária”, nas quais o evento causador da lesão não se enquadre integralmente na caracterização da invalidez por acidente pessoal, definido no item 3.3.1.1. e 3.3.1.1.1.

3.3.2 COBERTURAS

3.3.2.1 O fornecimento de seguro coletivo contra acidentes pessoais aos estagiários e voluntários em plena atividade do Ministério Público Federal contará com as seguintes coberturas e capital segurado:

Quadro 1 - Coberturas

Coberturas	Capital Segurado em R\$
(MA) Morte acidental: Indenização a ser paga ao beneficiário em caso de morte acidental do segurado	26.127,50
(IPTPA) Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente: Indenização a ser paga proporcionalmente ao grau de invalidez em virtude de lesão física causada por acidente	26.127,50
(DMHO) Despesas médicas, hospitalares e odontológicas	780,83 (3% do capital segurado)

3.3.2.2 As coberturas foram selecionadas por meio de levantamento realizado em todas as Unidade do MPF que mantém apólice securitária para estagiários, conforme ANEXO A.

3.3.2.3 O valor do capital segurado para estas coberturas foi projetado utilizando-se o valor praticado na apólice vigente da PGR, já que a média verificada nas Unidades registrou valor menor que o proposto, acrescido do percentual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 4,51% acumulado nos últimos 12 (doze) meses, de janeiro/2023 a janeiro/2024, conforme dado apresentado no sítio eletrônico do [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística \(IBGE\)](#):



Quadro 2 - Tipos de coberturas e projeção do capital segurado

Coberturas	Valor médio praticado nas Unidades R\$	Valor praticado na PGR R\$	Acréscimo IPCA R\$	Valor proposto do capital segurado R\$
Morte acidental	24.378,36	25.000,00	1.127,50	26.127,50
Invalidez permanente total ou parcial por acidente	24.378,36	25.000,00	1.127,50	26.127,50
Despesas médicas, hospitalares e odontológicas	801,60	750,00*	33,83	783,83*

*** 3% sobre o valor da cobertura por Morte Acidental**

3.3.2.4 Entende-se como capital segurado o valor máximo para a cobertura contratada a ser pago ou reembolsado pela sociedade seguradora, no caso de ocorrência de sinistro coberto pela apólice, vigente na data do evento.

3.3.2.5 Considera-se como data do evento, para efeito de determinação do capital segurado, quando da liquidação dos sinistros para as coberturas de acidentes pessoais, a data do acidente e, para as coberturas.

3.3.2.6 A seguradora não se eximirá ao pagamento do capital segurado, quando a morte ou a incapacidade do segurado provier da utilização de meio de transporte mais arriscado, da prestação de serviço militar, prática de esportes ou de atos de humanidade em auxílio de outrem.

3.3.2.7 No caso de cobertura decorrente de morte, o capital estipulado não está sujeito às dívidas do segurado, nem poderá ser considerada herança para todos os efeitos de direito.

3.3.2.8 O capital segurado pela garantia de despesas médico, hospitalares e odontológicas representa o limite máximo de reembolso pelo mesmo evento e não poderá ser superior ao maior capital estabelecido para a garantia básica.

3.3.2.9 A reintegração do capital segurado é automática após cada acidente, sem a cobrança de prêmio adicional, desde que a invalidez seja parcial.

3.3.2.10 As indenizações por morte e invalidez permanente não se acumulam em consequência de um mesmo evento. Se, depois de pagar a indenização por invalidez permanente por acidente, verificar-se a morte do segurado em consequência do mesmo acidente, a importância já paga por invalidez permanente deve ser deduzida do valor do capital segurado por morte.

3.3.2.11 O Capital Segurado será pago integralmente, não sendo admitido o pagamento sob a forma de renda, salvo se houver manifestação expressa do segurado neste sentido.

3.3.3 REQUISITOS TÉCNICOS:

A) **Morte Acidental:** Indenização a ser paga ao beneficiário em caso de morte acidental do segurado, exceto se for decorrente dos riscos excluídos definidos nas condições gerais da apólice.

B) **Cobertura de despesas Médicas, Hospitalares e Odontológicas:** Esta cobertura garante o reembolso, limitado ao capital segurado de despesas médicas, hospitalares e odontológicas efetuadas pelo segurado para seu tratamento, sob orientação médica, iniciado nos 30 (trinta) primeiros dias contados da data do acidente pessoal coberto.

Não estão abrangidas nesta cobertura as despesas decorrentes de:

- a) estados de convalescença (após a alta médica) e as despesas de acompanhantes.
- b) aparelhos que se referem a órteses de qualquer natureza e a prótese de caráter permanente, salvo as próteses pela perda de dentes naturais.

Cabe ao segurado a livre escolha dos prestadores de serviços médicos, hospitalares e odontológicos, desde que legalmente habilitados.

As despesas médicas, hospitalares e odontológicas deverão ser devidamente comprovadas, nos termos estabelecidos nas condições contratuais.

C) **Cobertura por Invalidez total ou permanente:** A cobertura de invalidez permanente por acidente garante o pagamento de uma indenização relativa à perda, à redução ou à impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão por lesão física, causada por acidente pessoal coberto, observados os riscos excluídos;

a) A invalidez permanente deve ser comprovada por meio de declaração médica subscrita por profissional devidamente habilitado na sua área de especialização.

b) Após conclusão do tratamento, ou esgotados os recursos terapêuticos disponíveis para recuperação, e constatada e avaliada a invalidez permanente quando da alta médica definitiva, a sociedade seguradora deve pagar uma indenização, de acordo com os percentuais estabelecidos nas condições do contrato, conforme especificado na tabela a seguir:

Quadro 3 - Cálculo da Indenização em caso de Invalidez Permanente

Discriminação	% sobre importância segurada
Invalidez permanente Total	
Perda total da visão de ambos os olhos	100
Perda total do uso de ambos os membros superiores	100
Perda total do uso de ambos os membros inferiores	100
Perda total do uso de ambas as mãos	100
Perda total do uso de um membro superior e um membro inferior	100

Perda total do uso de uma das mãos e um dos pés	100
Perda total do uso de ambos os pés	100
Alienação mental total e incurável	100
Invalidez permanente parcial - Diversos	
Perda total da visão de um olho	30
Perda total da visão de um olho, quando o segurado já não tiver a outra vista	70
Surdez total incurável de ambos os ouvidos	40
Surdez total incurável de um dos ouvidos	20
Mudez incurável	50
fratura não consolidada do maxilar inferior	20
Imobilidade do segmento cervical da coluna vertebral	20
Imobilidade do segmento tóraco-lombo-sacro da coluna vertebral	25
Invalidez permanente parcial - Membros Superiores	
Perda total do uso de um dos membros superiores	70
Perda total do uso de uma das mãos	60
Fratura não consolidada de um dos úmeros	50
Fratura não consolidada de um dos segmentos rádio-ulnares	30
Anquilose total de um dos ombros	25
Anquilose total de um dos cotovelos	25
Anquilose total de um dos punhos	20
Perda total do uso de um dos polegares, inclusive o metacarpiano	25
Perda total do uso de um dos polegares, exclusive o metacarpiano	18
Perda total do uso da falange distal do polegar	9
Perda total do uso de um dos dedos indicadores	15
Perda total do uso de um dos dedos mínimos ou um dos dedos médios	12
Perda total do uso de um dos dedos anulares	9
Perda total do uso de qualquer falange, excluídas as do polegar: indenização equivalente a 1/3 do valor do dedo respectivo	---

Invalidez permanente Parcial - Membros Inferiores	
Perda total do uso de um dos membros inferiores	70
Perda total do uso de um dos pés	50
Fratura não consolidada de um fêmur	50
Fratura não consolidada de um dos segmentos tibioperoneiros (perna)	25
Fratura não consolidada da rótula	20
Fratura não consolidada de um pé	20
Anquilose total de um dos joelhos	20
Anquilose total de um dos tornozelos.	20
Anquilose total de um dos quadril.	20
Perda parcial de um dos pés, isto é, perda de todos os dedos e de uma parte do mesmo pé.	25
Amputação do 1º dedo.	10
Amputação de qualquer outro dedo	3
Perda total do uso de uma falange do 1º dedo: indenização equivalente a 1/2, e dos demais dedos equivalente a 1/3 do respectivo dedo.	---
Encurtamento de um dos membros inferiores: acima de 5 (cinco) centímetros.	15
Encurtamento de um dos membros inferiores: acima de 4 (quatro) centímetros.	10
Encurtamento de um dos membros inferiores: acima de 3 (três) centímetros	6
Encurtamento de um dos de membros inferiores: menos que 3 (três) centímetros.	Sem indenização

c) Não ficando abolidas por completo as funções do membro ou órgão lesado, a indenização por perda parcial é calculada pela aplicação, à percentagem prevista no plano para sua perda total, do grau de redução funcional apresentado.

d) Na falta de indicação exata do grau de redução funcional apresentado, e sendo o referido grau classificado apenas como máximo, médio ou mínimo, a indenização será calculada, na base das percentagens de 75%, 50% e 25%, respectivamente.

e) Nos casos não especificados no plano do seguro, o cálculo da indenização é estabelecido tomando-se por base a diminuição permanente da capacidade física do segurado,

independentemente de sua profissão.

f) Quando do mesmo acidente resultar invalidez de mais de um membro ou órgão, a indenização deve ser calculada somando-se as percentagens respectivas, cujo total não pode exceder a 100% (cem por cento).

g) Havendo duas ou mais lesões em um mesmo membro ou órgão, a soma das percentagens correspondentes não pode exceder à da indenização prevista para sua perda total.

h) Para efeito de indenização, a perda ou maior redução funcional de um membro ou órgão já defeituoso antes do acidente, deve ser deduzida do grau de invalidez definitiva.

i) A perda de dentes e os danos estéticos não dão direito à indenização por invalidez permanente.

j) A aposentadoria por invalidez concedida por instituições oficiais de previdência, ou assemelhadas, não caracteriza por si só o estado de invalidez permanente, para fins de doença ou acidente.

3.3.4 LIQUIDAÇÃO DO SINISTRO:

3.3.4.1 O prazo máximo para liquidação de sinistro (pagamento de indenização) será de 30 dias, contados a partir da entrega dos documentos básicos previstos nas condições gerais do seguro.

3.3.4.2 Para o recebimento do capital segurado, o segurado deverá apresentar à Seguradora, por intermédio do estipulante, o formulário “Aviso de Sinistro”, em modelo próprio fornecido pela seguradora ou, de carta registrada ou telegrama dirigido à esta.

3.3.4.3 Na comunicação por carta ou telegrama, deverão constar: data, hora, local e causa do sinistro, sendo que esta comunicação não exonera o segurado, seu representante ou seus beneficiários, da obrigação de apresentar o formulário “Aviso de Sinistro”.

3.3.4.3.1 A comunicação de sinistro por meio de carta registrada ou telegrama poderá ser substituída por mensagem eletrônica (*email*) mediante assinatura eletrônica do “Aviso de Sinistro”.

3.3.4.4 O aviso de sinistro deverá ser acompanhado, conforme a natureza do evento, dos documentos básicos abaixo relacionados:

3.3.4.4.1) Em caso de Morte Acidental:

a) “Aviso de Sinistro” preenchido e assinado pelo(s) Beneficiários(s) ou representante(s) legal(is) e médico assistente do Segurado;

b) cópia autenticada da Certidão de Óbito;

c) cópia autenticada do RG ou outro documento de identificação e CPF do Segurado e do(s) Beneficiário(s);

d) cópia autenticada e atualizada (extraída após o óbito) da Certidão de Casamento do Segurado;

- e) declaração de Únicos Herdeiros;
- f) cópia autenticada de declaração do INSS informando quem são os dependentes do Segurado na Previdência Social;
- g) caso o(s) Beneficiário(s) seja(m) filho(s), cópia autenticada da Certidão de Nascimento/Certidão de Casamento do(s) mesmo(s), bem como RG, CPF e Comprovante de Residência;
- h) Boletim de Ocorrência Policial, se for o caso;
- i) Laudo Conclusivo de Exame Necroscópico elaborado pelo IML;
- j) Carteira Nacional de Habilitação do falecido quando se tratar de acidente automobilístico, em que o mesmo seja condutor do veículo;
- k) cópia autenticada do CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho, se for o caso.

3.3.4.4.2) Em Caso de Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente:

- a) “Aviso de Sinistro” preenchido e assinado pelo Segurado ou representante(s) legal(is) e médico assistente;
- b) cópia autenticada do RG e CPF e comprovante de residência do Segurado;
- c) cópia autenticada do CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho, se for o caso;
- d) cópia autenticada do atestado de alta médica definitiva, informando as sequelas deixadas pelo acidente, discriminando o grau de redução funcional do membro ou órgão lesado
- e) cópia autenticada de todos os resultados dos exames médicos realizados;
- f) Carteira Nacional de Habilitação do Segurado quando se tratar de acidente automobilístico, em que o mesmo tenha sido condutor do veículo.

3.3.4.5 O prazo máximo, após a entrega dos documentos básicos exigidos pela Seguradora, para a liquidação do sinistro será de 30 (trinta) dias.

3.3.4.6 As documentações anteriormente mencionadas não são taxativas, podendo a seguradora, em caso de dúvida fundada e justificável, solicitar outras complementares para análise e elucidação do sinistro, tais como documentos médicos, atestados de autoridades administrativas, sendo que o prazo para liquidação de que trata o subitem anterior ficará suspenso até a data da entrega dos documentos complementares solicitados e sua contagem voltará a correr a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

3.3.4.7 Para recebimento da indenização, deverá ser plenamente provada a ocorrência do evento coberto, bem como todas as circunstâncias a ele relacionadas, sendo facultado à Seguradora quaisquer medidas tendentes à elucidação do sinistro.

3.3.4.8 As despesas efetuadas com a comprovação do evento e documentos de habilitação correrão por conta dos interessados, salvo as diretamente realizadas pela Seguradora.

3.3.4.9 Se o pagamento da indenização devida ocorrer após o prazo de 30 (trinta) dias estipulados

para a liquidação do sinistro, contados da entrega da documentação constante nos subitens 3.3.4.4.1 e 3.3.4.4.2, aplicar-se-á, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, correção monetária pelo índice estabelecido neste contrato, considerando-se a variação apurada entre o último índice publicado antes da data da exigibilidade da obrigação pecuniária e aquele publicado imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação, mais juros de mora de 6% ao ano a partir dessa data.

3.3.4.10 Os sinistros cujos pagamentos sejam efetuados dentro do próprio mês do evento não sofrerão correção.

3.3.4.11 Iniciada a vigência da cobertura, se o sinistro ocorrer dentro do prazo de pagamento do prêmio, sem que tenha sido efetuada até a data estipulada, o direito à indenização não ficará prejudicado.

3.3.4.12 O pagamento da indenização não deve estar condicionado a nenhuma restrição temporal adicional. Em quaisquer hipóteses os prazos previstos em lei serão analisados diante das situações concretas.

3.3.4.13 A tramitação do inquérito policial não é causa de indeferimento para o pagamento da indenização.

3.3.4.14 É vedado o condicionamento do pagamento da indenização à apresentação de documentos relacionados à tramitação e/ou conclusão de inquérito o policial, o que não implica a proibição da solicitação desses documentos, quando existirem e quando forem necessários ao esclarecimento das circunstâncias do sinistro, para confirmação de cobertura técnica.

3.3.4.15 A sociedade seguradora verificará somente a regularidade da representação quando o pagamento da indenização devido não for efetuado diretamente ao beneficiário, sem a exigência de alvará judicial.

3.3.4.16 Não serão exigidas certidões de nascimento atualizadas para fins de liquidação de sinistros.

3.3.4.17 No caso de invalidez parcial, o capital segurado será automaticamente reintegrado após cada sinistro.

3.3.5 BENEFICIÁRIOS:

3.3.5.1 Cabe exclusivamente ao segurado nomear ou substituir seus beneficiários, através de documento escrito.

3.3.5.2 No caso de Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente, o próprio segurado será o beneficiário.

3.3.5.3 Se o segurado não renunciar à faculdade, ou se o seguro não tiver como causa declarada a garantia de alguma obrigação, é lícita a substituição do beneficiário, por ato entre vivos ou de última vontade.

3.3.5.4 Se a Seguradora não for cientificada oportunamente da substituição, desobrigar-se-á pagando o capital segurado ao antigo beneficiário.

3.3.5.5 Na falta de indicação expressa de beneficiário ou, se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, serão beneficiários aqueles indicados por lei:

a) Para segurado casado ou em união estável, 50% ao cônjuge ou companheiro(a) devidamente reconhecido(a) na forma da lei, se houver, e 50% aos herdeiros legais, obedecida a ordem de vocação hereditária;

b) Na falta dos herdeiros legais, será pago 100% da indenização ao cônjuge ou companheiro(a) devidamente reconhecido(a) na forma da lei;

c) Na falta do cônjuge ou companheiro(a) devidamente reconhecido(a) na forma da lei, será pago 100% da indenização aos herdeiros legais do segurado, obedecida a ordem de vocação hereditária;

d) Na falta de cônjuge, companheiro(a) devidamente reconhecido(a) na forma da lei, e herdeiros legais, respeitada a ordem de vocação hereditária, serão beneficiários os que provarem que a morte do segurado os privou dos meios necessários à subsistência

3.3.5.6 É válida a instituição de companheiro como beneficiário, se ao tempo do contrato segurado era separado judicialmente ou já se encontrava separado de fato.

3.3.5.7 Se não for exigida a apresentação do cartão proposta, deverá ser incluído no certificado individual, informação de que cada segurado, a qualquer tempo, poderá expressamente designar ou substituir os beneficiários do seguro.

3.3.6 CESSAÇÃO DAS COBERTURAS E PERDA DO DIREITO:

3.3.6.1 Respeitado o período correspondente ao prêmio pago, a cobertura de cada segurado cessa automaticamente no final do prazo de vigência da apólice, se esta não for renovada.

3.3.6.2 Na hipótese do segurado, seus prepostos ou seus beneficiários agirem com dolo, fraude ou simulação na contratação do seguro, durante sua vigência, ou ainda para obter ou para majorar a indenização, dá-se automaticamente a caducidade do seguro, sem restituição dos prêmios, ficando a sociedade seguradora isenta de qualquer responsabilidade.

3.3.6.2.1 Nos seguros contratados por pessoas jurídicas, o disposto acima aplica-se aos seus sócios controladores, dirigentes e administradores legais, aos beneficiários e aos seus respectivos representantes.

3.3.6.3 A cobertura prevista neste instrumento se extingue, ainda, pela ocorrência da Morte e da Invalidez Permanente Total por Acidente do segurado, com o pagamento do respectivo capital segurado.

3.3.6.4 O segurado perderá o direito à indenização se agravar intencionalmente o risco.

3.3.6.4.1 Se o segurado ou seu representante fizer declarações inexatas ou omitir circunstâncias que possam influir na aceitação da proposta ou no valor do prêmio, ficará prejudicado o direito à indenização, além de estar o segurado obrigado ao pagamento do prêmio vencido.

3.3.6.5 O segurado perderá o direito ao pagamento do capital segurado em caso de inobservância das obrigações convencionadas nas condições deste instrumento.

3.3.6.6 O segurado está obrigado a comunicar à Sociedade Seguradora, logo que o saiba, qualquer fato suscetível de agravar o risco coberto, sob pena de perder o direito à cobertura, se ficar comprovado que silenciou de má-fé.

3.3.6.7 No caso de não ocorrer o cancelamento imediato da apólice ou do certificado individual por inadimplência do segurado ou do estipulante deverá ser adotada uma das seguintes hipóteses pelas sociedades seguradoras:

3.3.6.7.1 cobertura dos sinistros ocorridos durante o período de inadimplência, com a consequente cobrança do prêmio devido ou, quando for o caso, seu abatimento da indenização paga ao(s) beneficiário(s); ou

3.3.6.7.2 não cobertura dos sinistros ocorridos durante o período de inadimplência, sendo vedada a cobrança dos prêmios referentes a este período.

3.3.7 RISCOS EXCLUÍDOS:

3.3.7.1 Estão excluídos das coberturas do seguro os eventos ocorridos em consequência:

1) do uso de material nuclear para quaisquer fins, incluindo a explosão nuclear provocada ou não, bem como a contaminação radioativa ou exposição a radiações nucleares ou ionizantes;

2) de atos ou operações de guerra, declarada ou não, de terrorismo, de guerra química ou bacteriológica, de guerra civil, de guerrilha, de revolução, agitação, motim, revolta, sedição, sublevação ou outras perturbações de ordem pública e delas decorrentes e de guerra, declarada ou não. Esta exclusão não poderá ser aplicada para os casos em que o Segurado estiver no exercício da prestação de serviço militar ou de atos de humanidade em auxílio de outrem;

3) de doenças preexistentes à contratação do seguro, de conhecimento do Segurado e não declaradas na proposta de adesão;

4) epidemias desde que declaradas pelos órgãos competentes;

5) doação e transplante intervivos;

6) suicídio cometido dentro dos primeiros 24 meses de vigência do Seguro ou da sua recondução depois de suspenso.

Também ficam excluídos os acidentes e/ou eventos ocorridos em consequência:

a) de competições ILEGAIS em aeronaves, embarcações e veículos a motor, inclusive treinos preparatórios. Esta exclusão não poderá ser aplicada para os casos em que o Segurado estiver no exercício legal de prática de esportes ou quando estiver utilizando, legalmente, de meio de transporte mais arriscado;

b) tufões, furacões, ciclones, terremotos, maremotos, erupções vulcânicas e outras convulsões da natureza;

c) de quaisquer acidentes citados nos itens 1 e 2 deste parágrafo.

d) de ato reconhecidamente perigoso que não seja motivado por necessidade justificada, salvo se a morte ou incapacidade do Segurado provier de meio de transporte mais arriscado. Esta exclusão não poderá ser aplicada para os casos em que o Segurado estiver no exercício da prestação de serviço militar ou de atos de humanidade em auxílio de outrem;

e) quaisquer consequências decorrentes de atos ilícitos dolosos praticados pelo Segurado, pelo beneficiário ou pelo representante de um ou de outro.

7) do segurado dirigir veículo automotor, ou qualquer outro tipo de veículo e/ou

equipamento que requeiram aptidão, sem que possua habilitação legal e apropriada.

8) Estão também excluídos das coberturas do seguro, quaisquer pagamentos, mesmo em consequência de evento coberto, decorrentes de:

8.1) danos morais e estéticos: pela natureza compensatória, não se encontram cobertos pela presente apólice as indenizações por DANOS MORAIS E ESTÉTICOS, decorrentes de qualquer evento coberto por este contrato, no qual esteja o Segurado obrigado a pagar, sejam elas provenientes de ação judicial ou extrajudicial, bem como nos casos de acordo amigável. Dano estético é todo e qualquer dano físico/corporal causado a pessoas que embora não acarretando sequelas que interfiram no funcionamento do organismo, impliquem em redução ou eliminação dos padrões de beleza ou estética. Dano moral é toda e qualquer ofensa ou violação que mesmo sem ferir ou causar estragos aos bens patrimoniais de uma pessoa, ofenda aos seus princípios e valores de ordem moral, tais como os que se referem à sua honra, aos seus sentimentos, à sua dignidade e/ou à sua família, sendo em contraposição ao patrimônio material, tudo aquilo que não seja suscetível de valor econômico, ficando a cargo do juiz no processo o reconhecimento da existência de tal dano bem como a fixação de sua extensão e eventual reparação, devendo ser sempre caracterizado como uma punição que se direciona especificamente contra o efetivo causador dos danos.

8.2) lucros cessantes resultantes da paralisação, temporária ou definitiva, das atividades profissionais do Segurado em virtude da ocorrência de qualquer risco coberto e indenizável.

8.3) perdas e danos decorrentes, direta ou indiretamente, de qualquer evento, mesmo quando coberto pela apólice.

9) Sem prejuízo das exclusões anteriores, também estão excluídos quaisquer tipos de eventos decorrentes de agravamento de risco ocasionados intencionalmente pelo Segurado, situação em que este perderá o direito à garantia do seguro, conforme disposto no artigo 768 do Código Civil.

3.3.8 CARÊNCIA E FRANQUIA:

3.3.8.1 Não haverá carência para o seguro de acidentes pessoais, exceto aquela prevista por lei ou no caso de suicídio ou sua tentativa, quando o referido período corresponderá a dois anos ininterruptos, contados da data de adesão ao seguro, ou de sua recondução depois de suspenso.

3.3.8.2 Não haverá franquia para os eventos decorrentes de Acidente Pessoal coberto por este seguro.

3.3.9 COBERTURA GEOGRÁFICA:

3.3.9.1 Anexa-se a este Estudo Técnico Preliminar a relação dos endereços onde o MPF dispõe de Unidades (ANEXO F), todavia, é um mero referencial, já que a cobertura deverá abranger todo o território nacional, para eventos ocorridos durante 24 (vinte e quatro) horas do dia.

3.3.9.2 Tal imposição se faz necessária já que os estagiários e voluntários do MPF podem atuar em regime híbrido, ou seja, parte presencial e parte remotamente. Já, o período de cobertura (24 horas) se verifica necessário aos assistidos no desenvolvimento das atividades de estágio e

acadêmicas.

3.3.10 AGRUPAMENTO DAS APÓLICES LOCAIS NA APÓLICE NACIONAL:

3.3.10.1 Conforme anteriormente destacado, as Unidades do MPF têm a obrigatoriedade de contratar apólice de seguro aos estagiários localmente, em atendimento ao disposto na Portaria que atualmente regulamenta o Programa.

3.3.10.2 Neste contexto, frente à atualização em andamento deste normativo que permitirá a obtenção de única apólice nacional, e projetando-se que a conclusão desta contratação se dará em setembro de 2024, apresenta-se proposta de agregação escalonada dos estagiários e voluntários das Unidades à apólice nacional, de acordo com o vencimento destas, conforme períodos definidos no ANEXO E.

3.3.10.3 Destaca-se, no entanto, que as apólices locais serão mantidas em vigência até a completa contratação da apólice nacional.

Quadro 4 - Agregação escalonada de vidas exercícios 2024/2025

Exercício	Mês/ano da renovação	Unidade	Vidas atendidas	Total de vidas incluídas na apólice nacional
2024	Agosto	Voluntários	15	
		PR-RN	59	
		PRR4ª REGIÃO	115	
		PR-MS	63	
		PR-AP	27	
			279	279
	Setembro	PR-RJ	255	
		PRR5ª REGIÃO	68	
			323	602
	Outubro	PR-DF	92	
			92	694
	Novembro	PR-MA	60	
		PR-RS	181	
			241	935
	Dezembro	PR-SP	369	
			369	1.304
	Abril	PR-AC	22	

		PR-ES	56	
		PR-MG	173	
		PR-PE	83	
		PR-PR	172	
		PR-RO	41	
		PR-SE	42	
		PRR3ª REGIÃO	143	
		PRR6ª REGIÃO	44	
			776	2.080
	Maio	PR-MT	68	
		PR-PA	91	
		PR-PB	56	
		PR-SC	120	
			335	2.415
	Junho	PR-BA	122	
			122	2.537
2025	Julho	PGR	297	
		PR-AL	49	
		PR-AM	59	
		PR-CE	74	
		PR-GO	68	
		PR-PI	48	
		PR-RR	24	
		PR-TO	35	
		PRR1ª REGIÃO	136	
		PRR2ª REGIÃO	127	
			917	3.454
	TOTAL GERAL DE VIDAS ATENDIDAS			3.454

3.3.10.4 Todavia, deve-se esclarecer que este escalonamento se trata de uma projeção, já que dependerá das cláusulas de rescisão das apólices locais, o que poderá ocasionar um incremento

mensal maior ou menor de vidas à apólice nacional.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

4.1 Quanto ao quantitativo de vidas previstas a serem atendidas nesta contratação, cabe registrar que serão atendidos os estagiários e voluntários contratados no MPF. Desta forma, a previsão é de que 3.454 (três mil, quatrocentos e cinquenta e quatro) vidas sejam atendidas na apólice securitária, da seguinte forma:

Quadro 5 - Quantidade de segurados

SERVIÇO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Seguro coletivo contra acidentes pessoais por morte acidental, invalidez permanente parcial ou total por acidente, despesas médicas hospitalares, odontológicas	Integrantes do Programa de Estágio	3.439
	Integrantes do Programa de Voluntariado	15
Total de vidas a serem atendidas mensalmente		3.454

4.2 Cumpre informar que o quantitativo de que trata este item corresponde quantidade total de vagas de estágio aprovadas em 04/03/2024, e de possível ocupação, conforme relatório apresentado no ANEXO B, retirando-se deste quantitativo 31 (trinta e uma) vagas destinadas à Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) por se tratar de ramo diverso ao do MPF, e que não poderá ser atendido por esta apólice nacional.

4.3 No que tange ao programa de voluntariado esclarece-se que não existem vagas pré-definidas, já que o mesmo dispensa o pagamento de qualquer tipo de reembolso financeiro, conforme informação do setor responsável ANEXO D. Assim, verificou-se que na data de 21/02/2024 ANEXO C existiam 15 (quinze) contratos vigentes no MPF, número inserido nesta projeção.

4.4 Finalmente, registra-se que o Ministério Público Federal não se obriga a atingir um número mínimo de vidas para fins de pagamento à seguradora, sendo este pagamento observado mensalmente conforme o número de vidas em plena atividade no período de 30 (trinta) dias.

4.5 ACEITAÇÃO DE NOVOS SEGURADOS:

4.5.1. A prestadora de serviço de seguro deve assumir o excedente do quantitativo de vidas até o limite de 25%, com ônus para o MPF, proporcional ao acréscimo efetivamente ocorrido no número total de segurados informado no presente projeto.

4.5.2 Os novos integrantes serão incluídos no seguro a partir da data de início no Programa de Estágio ou do Serviço Voluntário, por adesão ao contrato, podendo ser exigido, para análise de

aceitação, o preenchimento de cartão proposta.

4.5.3 Caso a seguradora não solicite o preenchimento de cartão proposta, não poderá ser alegada preexistência de doença para não pagamento de indenização, uma vez que o segurado só deve informar ter conhecimento de eventual doença pré-existente se for questionado.

4.5.4 A cada vida incluída no seguro deve ser enviado um Certificado Individual, que deve conter os elementos mínimos previstos em lei.

4.5.5 Quaisquer alterações e modificações nas cláusulas contratuais somente terão validade se ratificadas por escritos pela Seguradora e pelo MPF, mediante Termo Aditivo ao Contrato.

4.5.6 A Seguradora terá um prazo de 15 (quinze) dias úteis da data de recebimento da proposta de adesão para manifestar-se sobre a aceitação da proposta, seja para seguros novos ou renovações, bem como para as alterações que impliquem modificações do risco.

4.5.7 Caso seja solicitado algum documento ou exame complementar, esse prazo ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação à Seguradora.

4.5.8 A não aceitação da Proposta de Adesão deverá ser obrigatoriamente comunicada ao estipulante por escrito, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do protocolo de recebimento, com a justificativa do motivo da recusa e dispondo de todos os valores a ela destinados, devidamente atualizados pelo IPCA/IBGE – Índice de Preços ao Consumidor Amplo/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou, na falta deste, pelo IPFC/FIPE (Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

4.5.9 Caso não haja o pronunciamento da Seguradora no prazo acima definido, a aceitação do Seguro será tácita.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

5.1 Diante do ineditismo deste pleito no MPF, verificou-se necessário efetuar levantamento de mercado para corroborar com as informações aqui apresentadas, bem como garantir que tal serviço encontra-se disponível para contratação no território nacional, conforme se observa no ANEXO A.

5.2 Ademais, cabe esclarecer que existem algumas alternativas possíveis no mercado para resolver o problema da contratação de um Seguro Coletivo para Estagiários e Voluntários no Ministério Público Federal. Algumas delas são:

1. **Seguradoras Especializadas:** São seguradoras especializadas em seguros coletivos para instituições públicas ou organizações sem fins lucrativos. Essas seguradoras geralmente têm experiência em oferecer coberturas específicas para estagiários e voluntários, adaptadas às necessidades do setor público.
2. **Corretoras de Seguros:** As corretoras de seguros têm acesso a uma ampla gama de seguradoras e produtos de seguro. Elas podem auxiliar o MPF na identificação das melhores opções de seguro coletivo disponíveis no mercado, garantindo uma análise abrangente das

condições oferecidas por diferentes seguradoras.

3. Parcerias com Entidades de Classe: São parcerias com entidades de classe, como associações de estagiários ou voluntários que possam oferecer condições especiais em seguros coletivos para seus membros. Essas entidades podem ter negociações prévias com seguradoras ou corretoras que resultem em condições mais vantajosas para o MPF.

	Vantagens:	Desvantagens:
Seguradoras Especializadas	<p>Experiência e expertise em seguros coletivos para instituições públicas.</p> <p>Possibilidade de personalização das coberturas de acordo com as necessidades específicas do MPF.</p> <p>Atendimento especializado e suporte técnico durante todo o período de vigência do contrato.</p>	<p>Custos potencialmente mais elevados, devido à especialização e à personalização das coberturas.</p> <p>Limitação na oferta de opções, especialmente se houver poucas seguradoras especializadas disponíveis no mercado.</p>
Corretoras de Seguros	<p>Acesso a uma ampla gama de seguradoras e produtos de seguro.</p> <p>Possibilidade de comparar várias opções de seguros coletivos e escolher a mais adequada em termos de cobertura e preço.</p> <p>Assistência na análise das condições contratuais e na tomada de decisão.</p>	<p>Dependência da corretora para conduzir o processo de seleção, o que pode resultar em custos adicionais de corretagem.</p> <p>Possibilidade de conflito de interesses, caso a corretora tenha acordos comerciais preferenciais com determinadas seguradoras.</p>
Parcerias com Entidades de Classe	<p>Potencial para obter condições mais favoráveis por meio de negociações prévias realizadas pelas entidades de classe.</p> <p>Fortalecimento dos laços institucionais e possibilidade de colaborações futuras.</p> <p>Credibilidade adicional proporcionada pela associação com entidades reconhecidas.</p>	<p>Restrição aos membros das entidades de classe, o que pode limitar a abrangência do seguro coletivo.</p> <p>Dependência da capacidade de negociação das entidades de classe para obter as melhores condições.</p>

5.3 Desta maneira, considerando que a apólice de seguro deverá atender os estagiários e voluntários em todo o país, verifica-se mais vantajosa a captação do serviço entre seguradoras especializadas e/ou corretoras de seguro.

5.4 Ainda, no que se refere ao levantamento de mercado, em pesquisa recente ao sítio eletrônico

“Portal da Transparência” do Governo Federal, verificou-se que a contratação do objeto deste ETP é realizada na esfera pública, conforme apontam alguns editais abaixo:

a) Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações:

a. Comissão Nacional de Energia Nuclear: [Licitação nº 00020/2018](#)

b) Ministério da Infraestrutura:

a. Companhia Docas do Ceara: [Licitação nº 00017/2023](#)

c) Ministério da Educação:

a. Universidade Federal Fluminense: [Licitação nº 00061/2023](#)

5.5 Todavia, verificou-se prudencial a utilização de pesquisa direcionada às prestadoras deste serviço, que responderam com cotação de preços (disposta no Quadro 6, seguinte), atestando a viabilidade de contratação do objeto tema deste ETP.

5.6 Cabe esclarecer que, atualmente, mesmo nas contratações estaduais de apólice de seguro de vida para estagiários e voluntários do MPF, verifica-se que algumas unidades apresentam contratos com cobertura (abrangência) nacional, reiterando a viabilidade da contratação do objeto em análise, a exemplo:

a) Procuradoria Geral da República: PGR-00079081/2023

b) Procuradoria da República no Estado do Ceará: PR-CE-00034103/2023

c) Procuradoria da República no Distrito Federal: PR-DF-00052270/2023

d) Procuradoria da República no Estado de Goiás: PGEA nº 1.18.000.001137/2023-96

e) Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais: PR-MG-00026159/2022

6. ESTIMATIVA DE PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

6.1 Registra-se que, atualmente, a contratação descentralizada deste tipo de serviço tem apresentado valores unitários desiguais entre si, influenciados pelo valor da cobertura contratada, da região atendida e demais fatores de risco.

6.2 Os valores globais, bem como as parcelas mensais poderão ter variação em função de mudança quantitativa no quadro de estagiários e voluntários do Ministério Público Federal

6.3 No que tange ao valor unitário por vida atendida, informa-se que, além do levantamento realizado em órgãos federais, foi solicitado posicionamento de mercado encaminhado por email dia 20/03/2024, para cinco seguradoras, com prazo para resposta dia 27/03/2024, onde somente duas se manifestaram, conforme se verifica no ANEXO A, e apresentaram os valores conforme o Capital Individual apresentado no Quadro 2 deste ETP.

6.4 Assim, também se apresenta a proposta desta Secretaria de Gestão de Pessoas quanto ao valor individual, resultante da média de valor por vida praticada nos seguros já contratados para os estagiários em todas as Unidades do MPF, conforme verificado no ANEXO A.

6.5 Neste contexto, apresenta-se a projeção do valor mensal, anual e para o prazo de 60 (sessenta) meses desta contratação considerando os três valores citados:

Quadro 6 - Projeção valor mensal e anual da despesa

	Quant.	Valor Unit. Estimado	Valor Mensal Estimado	Valor Anual Estimado	Valor Estimado 60 meses
SGP	3.454	R\$ 1,55	R\$ 5.353,70	R\$ 64.244,40	R\$ 321.222,00
MAG	3.454	R\$ 5,38	R\$ 18.582,52	R\$ 222.990,24	R\$ 1.114.951,20
Porto Seguro	3.454	R\$ 2,95	R\$ 10.189,30	R\$ 122.271,60	R\$ 611.358,00

6.6 O valor médio estimado para contratação **de 60 meses** é de R\$ **682.510,40** (seiscentos e oitenta e dois mil, quinhentos e dez reais e quarenta centavos).

7 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

7.1 No presente caso, a contratação é ÚNICA E INDIVISÍVEL, envolvendo a prestação de serviços de seguro de vida contra acidentes pessoais, morte acidental, invalidez permanentetotal ou parcial por acidente, despesas médicas hospitalares aos estagiários e voluntários e m plena atividade do Ministério Público Federal., pois não há vantagem econômica no parcelamento do item, muito menos tal possibilidade, visto que as mesmas empresas participarão do único item objeto do certame.

7.2 Assim, o objeto da contratação formado por um único item é o formato economicamente mais viável e que têm os melhores resultados ao porte da Instituição.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1 A presente contratação de seguro contra acidentes pessoais deverá abarcar o atendimento ao total de 3.454 estagiários, voluntários do MPF, com oferta de cobertura para Morte Acidental, Invalidez Permanente total ou parcial por Acidente, bem como cobertura para Despesas médicas, hospitalares e odontológicas, nos termos detalhados neste Estudo Técnico Preliminar.

8.2 O prazo para prestação do serviço será de 1 (um) ano ou 365 dias corridos, com emissão de nova apólice ou endosso da apólice original a cada anualidade.

8.3 O início da vigência da primeira apólice ou apólice original do seguro deverá corresponder ao início da vigência do contrato.

8.4 O fato de a seguradora deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos do contrato e da cobertura deste serviço, em

ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos, bem como a aplicação das penas previstas em lei.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1 A presente proposta permitirá contratação de apólice única de cobertura securitária para os estagiários, voluntários do Ministério Público Federal para sinistros de morte acidental, invalidez permanente parcial ou total por acidente, bem como despesas médicas hospitalares e odontológicas, em atendimento aos normativos vigentes.

9.2 Ainda, tal contratação desonerará as Unidades do órgão, que conforme modelo atual, devem manter seguro local para atendimento destes grupos, resultando na contratação de 32 (trinta e duas) apólices para coberturas idênticas no MPF.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

10.1 Verifica-se prévia alteração do normativo que regulamenta o Programa de Estágio no âmbito do Ministério Público da União (item 3, C) para a conclusão desta contratação, já que atualmente a Portaria define que "cada unidade gestora deverá providenciar a contratação do seguro". Reitera-se que tal alteração encontra-se em análise pela Consultoria Jurídica da PGR ([PGR-00310063/2023](#)), mas sem data definida para conclusão.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATADAS/INTERDEPENDENTES:

11.1 Não há contratações correlatas/correspondentes para esta contratação.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS:

12.1 Por se tratar de contratação relativa à prestação de serviços, não se verifica impacto ambiental nesta contratação.

13. VIABILIDADE DE CONTRATAÇÃO

13.1 Diante do levantamento de mercado apresentado no item 5, verifica-se a viabilidade da contratação de seguro contra acidentes pessoais para os estagiários e voluntários do MPF, todavia, cabe registrar que está pendente a publicação da portaria que permite a contratação unificada.

14. RESPONSÁVEIS

Matrícula	Nome	Função	Lotação
22334	Angelina Vieira da Silva	Coordenadora	Coordenadoria de Estágio/SGP/SGP

Matrícula	Nome	Função	Lotação
29199	Adriana Regina Bee	Assessora Nível II	Coordenadoria de Estágio/SGP/SGP

AUTORIDADE COMPETENTE

Assinado digitalmente

LEONARDO DA SILVA RAMOS

Secretário de Gestão de Pessoas em Exercício

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 13/06/2024 10:56. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave bf99bad8.de167b15.eab9d31e.19962bf8



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00230689/2024 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

.....
Signatário(a): **ADRIANA REGINA BEE**

Data e Hora: **13/06/2024 10:56:47**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **ANGELINA VIEIRA DA SILVA**

Data e Hora: **13/06/2024 10:56:59**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **LEONARDO DA SILVA RAMOS**

Data e Hora: **13/06/2024 19:13:35**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave bf99bad8.de167b15.eab9d31e.19962bf8